

Ivan Ribeiro:
a agricultura e o capitalismo no brasil

Raimundo Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R. *Agraristas políticos brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 116-128. Ivan Ribeiro: a agricultura e o capitalismo ao brasil. ISBN: 978-85-99662-81-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IVAN RIBEIRO:
A AGRICULTURA E O CAPITALISMO NO BRASIL¹

Durante um longo período, mas sobretudo a partir da segunda metade dos anos 50, as forças progressistas brasileiras consideraram a estrutura da propriedade da terra – marcada pelo binômio latifúndio/minifúndio – como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo. Em outras palavras, o latifúndio não capitalista seria um obstáculo objetivo à livre expansão das forças produtivas. A eliminação desse obstáculo era apresentada como uma condição necessária para que a sociedade brasileira avançasse no caminho de uma revolução nacional e democrática. Nesse contexto, falava-se em contradição entre a burguesia nacional, industrial e comercial, interessada na expansão de seus negócios no país, e o setor latifundiário, o qual, por seu imobilismo e atraso, limitaria essa expansão.²

O corolário disso era a reivindicação de uma reforma agrária mal definida sob muitos aspectos, mas claramente expressa pela palavra de ordem “a terra para os que nela trabalham”. Sem entrarmos por enquanto em detalhes, podemos dizer que o tipo de reforma agrária que era então proposto aproximava-se de chamada “via americana” da revolução agrária burguesa,³ ou seja, implicava a transformação do camponês dependente (sob múltiplas formas de dependência) do latifúndio em proprietário das terras em que trabalha, empregando técnicas de produção mais avançadas e impulsionando assim a modernização capitalista da economia. Devemos observar que um dos aspectos desse tipo de reforma agrária, considerada corretamente como a mais revolucionária, seria a eliminação da base econômica de uma das classes sociais mais retrógradas da sociedade brasileira: os latifúndios.

Em resumo, pode-se dizer que a reforma agrária do tipo proposto teria sido um dos aspectos da revolução nacional e democrática que levaria

¹ O presente ensaio foi publicado originalmente em francês, sob o pseudônimo de Cláudio Barros, em *Études Brésiliennes* (ano 1, nº 2, julho de 1975).

² A outra contradição, a que opõe a Nação ao imperialismo, não será objeto de atenção específica neste artigo

³ A expressão “via americana” é empregada aqui na acepção de Lênin. Ver *Programme agraire de la social-démocratie dans la révolution russe de 1905-1907*, Moscou, Ed. Du Progrès, 1962, p. 33.

a um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas na economia brasileira e, por conseguinte, abriria uma nova fase de contradições entre essas forças produtivas e as relações de produção capitalistas, o que, por sua vez, esboçaria novas perspectivas de luta pelo socialismo no Brasil.

A história dos últimos vinte anos não confirmou a maioria dessas análises. Em primeiro lugar, a existência do latifúndio não impediu que o modo de produção capitalista continuasse a se reforçar e que elevados níveis de crescimento do Produto Interno Bruto fossem atingidos em determinados anos. Em segundo lugar, se as contradições entre a burguesia nacional industrial e comercial e o setor dos latifúndios provocaram certas dificuldades, jamais se revestiram de caráter explosivo e nem mesmo podem ser consideradas com o aspecto dominante do conjunto das relações entre esses setores no curso dos últimos vinte anos. Finalmente, podemos notar que um importante setor – o determinante – dos latifúndios não pode mais ser considerado como atrasado e estacionário, já que aparece agora como um setor capitalista no sentido pleno do conceito.

As causas da inadequação de algumas previsões foram muito pouco analisadas, até hoje, pela esquerda brasileira. Assim, o objetivo principal destas notas é precisamente o de introduzir alguns elementos que permitam avaliar as razões que conduziram a previsões erradas, bem como o de apontar algumas das consequências que essas previsões tiveram no terreno da tática e da estratégia revolucionária brasileira, em particular no campo.

Sem ter a pretensão de esgotar o tema, acreditamos que pelo menos três fatores foram determinantes:

I) a falta de uma análise macroeconômica baseada num modelo das relações intersetoriais na agricultura;

II) a nova etapa do imperialismo;

III) a má compreensão do mecanismo de evolução capitalista da economia brasileira e, especificamente, do sistema agrícola.

Os pontos I e II podem ser considerados, pelo menos em parte, como resultantes da insuficiência analítica da esquerda brasileira. Quanto ao ponto II, a nova etapa do imperialismo, ele assume historicamente um caráter objetivo: em dado momento, poderia ter sido seguido um caminho diferente, mas esse caminho foi politicamente derrotado.

1. Relações intersetoriais na economia brasileira

Por volta de meados dos anos 50, a opinião dominante era a de que uma crise de realização seria inevitável na economia brasileira se o mercado agrícola não se “abrisse” aos produtos industriais. Pensava-se também que o afluxo de mão de obra barata para os setores não agrícolas (segundo o exemplo de alguns modelos clássicos de desenvolvimento capitalista) era indispensável para atingir um nível satisfatório de acumulação de capital na economia; a transferência de capital dos setores agrícolas para os outros setores da economia atuaria no mesmo sentido. Acreditava-se, finalmente, que a oferta inelástica de produtos alimentícios e de matérias-primas era o “núcleo duro” que originava as tensões inflacionárias que afetavam a economia brasileira.

A vida demonstrou que a permanência do “fechamento” do mercado das regiões rurais e agrícolas aos produtos industriais não impediu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E que, por conseguinte, as pretensas contradições objetivas entre o setor industrial, dinâmico e modernizador, e o latifúndio, estagnado e atrasado, não atingiram o nível esperado.

O exagero do papel negativo que a “não abertura” do mercado rural teria para a produção industrial pode ser atribuído aos seguintes fatores:

a) Subestimação da demanda existente nos setores minoritários da população de alta renda. Num país com a dimensão demográfica do Brasil, a demanda de tais setores tem uma importância econômica não negligenciável. Em certo sentido, pode-se dizer que, durante uma certa etapa, a demanda desses setores (cerca de 20% da população) pôde compensar a não participação de mais de 50% da população brasileira (que, em 1970, tinham uma renda per capita anual inferior a 100 dólares) no mercado de bens industriais. Paralelamente, é preciso reconhecer que apesar de suas limitações em termos absolutos e de sua concentração em duas regiões (Sul e Sudeste), houve uma nítida expansão da demanda do setor agrícola no que se refere a tratores, arados, fertilizantes, inseticidas, além de alguns bens de consumo. Assim, é impossível dizer que o mercado agrícola permaneceu totalmente fechado durante esse período.

b) Não se atribui a devida importância às diferentes possibilidades de expansão e de criação de “novos” mercados no contexto de uma economia

capitalista, tais como o déficit orçamentário, as subvenções, os subsídios fiscais, as vendas a crédito, a propaganda de massa etc.

c) Pouca atenção foi dada ao fato de que, numa economia capitalista, o mercado interno cresce mais em função da produção de bens de capital (Setor I) do que a produção de bens de consumo (Setor II). Isso não significa que a produção de bens de capital seja independente da produção de bens de consumo, mas sim que o ritmo de crescimento da primeira é mais rápido e sua dinâmica é relativamente autônoma em face da dinâmica do setor II.⁴ Por conseguinte, mesmo quando a demanda de bens de consumo está “congelada”, há ainda uma certa margem de dinamismo, baseada nas indústrias que “produzem máquinas para produzir máquinas que produzem máquinas” (segundo a expressão de Tugan-Baranovski).

No campo das demais relações entre a agricultura e os setores não agrícolas da economia é possível constatar que a passagem da mão de obra dos setores rurais para os setores urbanos teve sua importância diminuída, isso resultou do fato de que a utilização de técnicas de produção com composição orgânica do capital muito elevada (uma característica do processo de substituição de importações numa situação de dependência) fez com que o processo de acumulação do capital fosse relativamente independente da existência de um “exército industrial de reserva”. A constatação disso não significa negar que os salários de algumas categorias de operários urbanos (como, por exemplo, os da construção civil) tenham sido rebaixados em função da concorrência de mão de obra proveniente do campo.

Pode-se também constatar que as tensões inflacionárias provocadas pela insuficiência estrutural da oferta agrícola tiveram uma importância menos acentuada que a prevista. Isso se deveu, em primeiro lugar, ao fato de que o perfil da demanda urbana de bens de origem agrícola se tornou mais “sofisticado”, ou, em outras palavras, os setores de renda mais alta passaram a consumir relativamente menos alimentos (ou alimentos mais “sofisticados”) e mais produtos industriais. A demanda de matérias-primas de origem agrícola registrou igualmente uma contração, por causa da expansão da produção de matérias-primas sintéticas. E, em segundo lugar, o feito inflacionário da oferta agrícola foi exagerado. O setor agrícola –

⁴ Sobre esse problema, ver o interessante trabalho de Lênin, *The development of capitalism in Rússia*, Moscou, Progress Publishers House, 1964, p. 53-57.

constituindo uma fonte de alimentação para os que formam o que entre nós se chama de “frente pioneira” (a grande massa de camponeses que ocupam terras sem títulos de propriedade e outros tipos de desbravadores de terras virgens), e fornecendo um excedente para os centros urbanos próximos – teve subestimadas suas possibilidades de extensão.

A análise da agricultura brasileira negligenciou também o setor da pequena exploração agrícola (inclusive os minifúndios), que produzia o mínimo necessário para garantir a própria subsistência, ainda que em terras precárias, permitindo assim que sua demanda de alimentos não entrasse em concorrência com a dos setores urbanos.

Em suma, podemos dizer que, em função do conjunto dos fatores considerados acima, o setor agrícola – no que se refere às relações intersetoriais – teve um papel muito diverso do que o que lhe era atribuído pela esquerda brasileira no anos 50.

2. A nova etapa do imperialismo

Um outro elemento a dar nova dimensão ao papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi a nova etapa da dominação imperialista, iniciada a partir dos anos 50 e que pode ser caracterizada pelo fenômeno hoje conhecido como internacionalização do mercado interno.

Os centros nevrálgicos do imperialismo chegaram à conclusão de que a forma de exploração baseado na exportação de produtos manufaturados e na importação de matérias-primas e produtos agrícolas estava superada, como consequência de três fenômenos fundamentais:

- O avanço nacionalista-populista que ganhava corpo em certos países do mundo subdesenvolvidos;
- A intensificação da concorrência interimperialista para conquistar o mercado interno dos países subdesenvolvidos; e
- O fato de que a rentabilidade dos investimentos diretos nos países de origem.

Assiste-se assim ao surgimento de uma nova etapa, cujo traço essencial é a participação direta no processo de industrialização e de expansão do mercado interno que se ia criando em determinados países subdesenvolvidos.

As conseqüências dessa nova etapa são múltiplas. Em primeiro lugar, ela levou, em certos países, à derrota das correntes nacionais-populistas que haviam elaborado projetos de industrialização onde a burguesia nacional e o Estado desempenhavam um papel fundamental. Em alguns casos, esses projetos chegaram a ser dominantes do ponto de vista político, como na Argentina (Perón), na Guatemala (Arbenz) e no Brasil (Vargas). Com a derrota do projeto nacional-populista, um novo tipo de desenvolvimento capitalista na periferia se consolidou: o desenvolvimento associado. Sem entrar na análise detalhada de importantes aspectos políticos dessa nova etapa, gostaríamos de sublinhar que, no terreno econômico, o processo de internacionalização do mercado interno se processa em ritmo acelerado. Em outras palavras: o fortalecimento da industrialização dos países subdesenvolvidos sob a égide das grandes firmas multinacionais transportou para fora desses países os centros de decisão no que se refere à produção (quantidade e qualidade), aos preços e à distribuição do produto (mercados). Desse modo, o mercado interno, doméstico, começa a fazer parte do mercado mundial.

Os efeitos dessa nova dimensão do mercado interno – agora internacionalizado – sobre a agricultura foram consideráveis, limitando ainda mais o alcance da “abertura” do mercado agrícola à produção industrial. Numa etapa subsequente, a internacionalização do mercado interno atingiu até mesmo o setor agrário, fazendo com que o comportamento da produção agrícola se relacione diretamente com as decisões dos grandes centros financeiros do mercado internacional desses produtos (as bolsas de Chicago e de Londres).

No caso brasileiro, a nova situação em que se desenvolve a agricultura – ou, pelo menos, o setor capitalista dela – levou, antes de mais nada, a uma diversificação da estrutura das exportações agrícolas, com o enfraquecimento relativo do café e o fortalecimento de produtos como o açúcar e a soja. Por outro lado, quando os agricultores capitalistas constatarem a extrema sensibilidade de seus lucros às manobras especulativas do mercado mundial de produtos agrícolas, começam a exercer um novo tipo de pressão sobre o Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que surgem novos tipos de contradição entre os interesses da agricultura e os da indústria. (Uma ilustração disso são os choques ocorridos entre os ministros da Agricultura e Fazenda durante o Governo Médici).

Se levarmos em conta tais aspectos, podemos supor que a agricultura desempenha um papel cada vez mais importante no processo de desenvolvimento associado da economia brasileira, embora esse continue-se apoiando, como o caso até hoje, na crescente industrialização.

3. O modelo de transição ao capitalismo no Brasil

Em seu prefácio a uma obra coletiva sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo, Maurice Dobb afirma que “o estudo da forma (ou das formas) através das quais o capitalismo surge do sistema social que o precedeu é pertinente, para não dizer essencial, à compreensão do capitalismo atual.”⁵

No Brasil, a forma específica, o modelo de evolução do capitalismo, é um tema muito pouco estudado. E, se estamos de acordo com a observação de Dobb, somos levados a pensar que muitos dos erros de análise do capitalismo brasileiro atual devem-se à exiguidade dos nossos conhecimentos sobre os caminhos seguidos por esse modo de produção no processo de sua consolidação.

Tendo em conta os limites destas notas, indicaremos em seguida apenas alguns problemas que, a nosso ver, merecem um estudo mais aprofundado.

Pensamos que o melhor modo de abordar a análise dos caminhos de desenvolvimento seguidos pelo capitalismo é o que Marx apresenta no Livro III de *O capital*. Segundo Marx, a transição do feudalismo ao capitalismo pode assumir duas formas principais:

- O produtor torna-se comerciante e capitalista, é esse o caminho verdadeiramente revolucionário; e
- O comerciante estabelece o controle direto sobre a produção: mesmo sendo historicamente um elemento progressista, esse caminho não pode, por si só, contribuir para a superação do antigo modo de produção, e, mais que isso, tende a conservá-lo como uma pré-condição.⁶

⁵ Vários autores, *La transición del feudalismo al capitalismo*, Madri, Ciencia Nueva, 1968, p. 10.

⁶ K. Marx, *O Capital*, Moscú, Foreign Languages Publishing Home, 1962, III, p. 329.

O historiador japonês Takahashi, utilizando a metodologia indicada por Marx, ilustrou historicamente esses dois modelos de desenvolvimento do capitalismo. Examinando os casos da Inglaterra e da França, Takahashi sublinha que “nesses países, a propriedade feudal da terra e a servidão ou se desintegraram no curso do processo de desenvolvimento econômico, ou foram estruturalmente destruídas, e de modo categórico, pela revolução burguesa. Essa última, ao permitir a independência e a ascensão dos pequenos produtores mercantis, bem como sua diferenciação, liberou entre eles as forças que conduziram ao desenvolvimento do capitalismo”. E Takahashi prossegue: “Ao contrário, no Japão e na Prússia, a organização da propriedade feudal da terra conservou-se intacta, e a classe dos camponeses livres, bem como a dos burgueses médios, não se desenvolveu. Dado que o capitalismo foi forçado a crescer nesse terreno, com base numa fusão com o absolutismo e não através de um conflito com o mesmo, a formação do capitalismo ocorreu de forma oposta à da Europa Ocidental, ou seja, ocorreu essencialmente como um processo de transformação do capital comercial, com base no trabalho a domicílio, em capital industrial”.⁷

Por outro lado, os dois caminhos de evolução agrária burguesa apontados por Lênin – a “via prussiana” e a “via americana” – estão de certo modo relacionados com as duas vias gerais especificadas por Takahashi. A via prussiana representa a possibilidade de continuação do desenvolvimento de tipo burguês sob a égide da grande propriedade feudal, que se torna gradualmente mais burguesa e substitui pouco a pouco os procedimentos feudais por procedimentos burgueses.

A “via americana” implica o desenvolvimento de tipo burguês sob a égide da pequena exploração camponesa, pelo caminho revolucionário, eliminando do organismo social essa “excrescência” representada pelos grandes proprietários feudais, para em seguida se desenvolver livremente, seguindo o caminho da exploração capitalista.⁸

A partir desse quadro conceitual, como caracterizar a evolução do capitalismo e, em particular, a evolução agrária capitalista no Brasil?

Os aspectos fundamentais da história econômica brasileira parecem indicar que o modelo de transição para o capitalismo no Brasil aproxima-se

⁷ M. Dobb, in: *La transición*, cit., p. 105.

⁸ Lênin, *Programme agraire*, cit. p. 32-33.

mais da “via prussiano-japonesa”. Dissemos “aproxima-se” com a intenção de mostrar que o caminho seguido pelo Brasil não pode ser inteiramente identificado com o daqueles dois países. A primeira diferença essencial provém do fato de que a formação socioeconômica existente no Brasil (a comunidade indígena primitiva) encontrava-se num estágio muito inferior de desenvolvimento em face do modo de produção transplantado pelo colonizador português. O resultado é que não se deu o processo de assimilação do modo de produção indígena pelo que foi trazido pelos colonizadores com base num processo endógeno de evolução econômica; ao contrário, assistiu-se a uma marginalização geográfica do modo de produção indígena (que sobreviveu no interior da colônia), ou à sua destruição pela força militar na zona do litoral.

A ausência de um processo econômico endógeno, bem como o caráter ou sentido da colonização (o de resposta às necessidades mercantis de Portugal),⁹ tornaram possível e necessário que a exploração colonial tivesse como núcleo central o latifúndio. Sem ter de enfrentar estruturas econômicas e sociais preexistentes, e sendo funcional para a metrópole, o latifúndio se consolidou ao longo da história da colônia. A partir das capitâneas hereditárias, nas quais os donatários tinham poderes comparáveis aos de um minissobrano, passando pelas relações híbridas feudais-escravistas do latifúndio açucareiro e cafeeiro (no contexto da dominação do capital mercantil), até chegar ao latifúndio capitalista de hoje (exportador de soja, açúcar e carne, em contato permanente com a bolsa de Chicago), pode-se constatar que o processo histórico jamais levou à necessidade de uma revolução burguesa que tivesse como objetivo suprimir o latifúndio e empreender a “via americana” de evolução agrária. Quando os setores comerciais e industriais urbanos já eram dominantes na vida política e econômica do País. O desenvolvimento do capitalismo já seguia – e continuaria a seguir no futuro – um modelo mais próximo da “via prussiano-japonesa”.

Apesar da importância do latifúndio para uma correta compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é indispensável analisar o setor constituído pelas pequenas e médias propriedades agrícolas. Situadas inicialmente em torno dos centros urbanos, responsáveis por seu

⁹ Um caráter diferente, portanto, da colonização dos Estados Unidos, onde se tratava, antes de mais nada, de começar uma “nova vida”.

abastecimento em um bom número de bens agrícolas, as pequenas e médias propriedades agrícolas vão se instalando progressivamente no território brasileiro. Juntamente com a mineração e a pecuária intensiva, as pequenas e médias explorações agrícolas foram um elemento essencial do desenvolvimento da agricultura. De resto, o peso desse setor no abastecimento da demanda urbana permitiu que o latifúndio conservasse sua estrutura tradicional: a de produtor para a exportação, bem como para a subsistência da mão de obra que empregava. Essa característica tornou possível que, nos períodos de crise e de contração das exportações, os latifúndios pudessem se concentrar em atividades de pura subsistência (economia natural), sem serem conduzidos ao fracionamento ou à desapropriação. Esse papel da pequena e da média propriedade apresenta ainda um outro aspecto que merece ser assinalado: desbravando terras virgens quase que somente através de investimentos “naturais”, ou seja, do emprego intensivo de mão de obra, esses setores dispensaram a absorção de grandes recursos de capital pelo setor agrícola, tornando assim mais fácil o investimento em outros setores da economia.

A complementaridade entre latifúndio e pequena e média propriedade, bem como o papel dessas últimas na expansão da fronteira agrícola, são assim elementos indispensáveis para o estudo da transição para o capitalismo em nosso país.

Devemos ainda examinar as relações entre o latifúndio e o setor industrial. A história das políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro mostra claramente a predominância dos interesses do setor latifundiário, sobremaneira na fase de produção do café. Quando a partir sobretudo dos anos 30, os interesses urbanos e industriais começam a participar ativamente do poder político, não assistimos a choques significativos entre os dois setores. E isso, antes de mais nada, porque uma parte do capital industrial era de origem agrícola; mas também porque as novas políticas adotadas jamais afetaram seriamente os interesses dos latifundiários. Desse modo, o processo de desenvolvimento do capitalismo se processou sem ruptura entre os dois setores.

4. Qual reforma agrária?

Levando em conta o conjunto dos fatores aludidos, e partindo do fato de que a transição para o capitalismo seguiu (e ainda segue), de modo aproximativo, uma via prussiana, cabe formular uma questão: seria ainda justo reivindicar uma reforma agrária do tipo “a terra para quem nela trabalha” como um dos elementos da plataforma da revolução brasileira em sua atual etapa? Uma reforma desse tipo seria ainda progressista e revolucionária, ou já estaria ultrapassada?

A resposta a tais questões poderia começar com a citação de uma passagem de *O Capital* sobre a Alemanha de 1867: “Além das misérias modernas, somos afligidos por toda uma série de misérias herdadas, frutos da sobrevivência dos modos de produção antigos e caducos, com seu séquito de relações políticas e sociais anacrônicas”.¹⁰ Referindo-se à Alemanha, Marx indicava um país onde a transição para o capitalismo seguira a “via prussiana”, ou seja, a via menos revolucionária. Não é necessário repetir que o Brasil seguiu um caminho similar e que, por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo foi marcado pela coexistência permanente entre as “misérias modernas” e as “misérias antigas”.

Consideramos que uma reforma agrária poderia desempenhar ainda um papel fundamental na liquidação de todos esses anacronismos. Isso não significa, contudo, que a não realização dessa reforma agrária levaria o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a um impasse. Por outro lado, uma eventual reforma agrária não poderia se limitar a dar a terra a quem nela trabalha. No caso do setor capitalista da agricultura, caracterizado pela existência do trabalho assalariado, não se justifica a criação agora de uma “via americana”. O que importa, nesse caso, é ampliar a luta por novas condições de trabalho, pela aplicação da legislação trabalhista, pela formação de sindicatos etc.

Quanto ao setor dos minifúndios e da pequena propriedade familiar camponesa, que emprega sobretudo mão de obra familiar e que absorve poucos produtos intermediários industriais¹¹ – e esse setor representa, no campo, a seqüela das relações políticas e sociais anacrônicas mencionadas

¹⁰ K. Marx, *O Capital*, cit., Prefácio à primeira edição inglesa.

¹¹ Segundo o censo agrícola de 1960, esse setor representava 2/3 do número total de explorações, 1/2 do pessoal empregado, 20% da superfície total e 40% da área cultivada,

por Marx –, parece-nos claro que a plataforma revolucionária deve propor a luta por uma reforma agrária que leva a um tipo de agricultura mais próximo da “via americana”. As terras a serem incorporadas a tal setor seriam fundamentalmente as do latifúndio atrasado, não capitalista, que seria assim eliminado. Deve-se sublinhar que não se trata de criar uma nova economia camponesa (pois essa já existe), mas de tornar possível a emergência de novas condições de desenvolvimento para um setor agrícola que, ainda hoje, não pode ser considerado como capitalista. E, precisamente porque ele ainda não é capitalista, a reforma agrária não levaria a uma regressão na formação econômico-social existente, mas sim a um progresso.

Neste ponto de nossa exposição, poderíamos levantar uma série de questões. Uma reforma agrária que atingisse o setor atrasado do latifúndio é politicamente viável? O outro setor não se juntaria imediatamente ao campo dos que lutam contra a “subversão”? É indiscutível que uma reforma agrária desse tipo seria difícil, mas não impossível. Não seríamos arrastados num processo que levaria, a longo prazo, à constituição de novos minifundistas e de novos latifundiários? Talvez. Mas qual seria a alternativa? Não ter um programa agrário para a atual etapa da revolução? Limitar esse programa às reivindicações dos assalariados agrícolas, deixando de lado o setor camponês? Ou, então, apresentar desde já um programa agrário que implique uma revolução socialista? Consideramos que a solução correta seria uma reforma agrária do tipo acima proposto, seguida, se possível, pela modificação das condições externas (créditos, comercialização, fornecimento de insumos etc.), o que garantiria melhores condições de desenvolvimento para o setor dos camponeses, pequenos e médios, e limitaria o gigantismo dos latifúndios capitalistas.

A justificativa e o fundamento desse tipo de reforma agrária baseiam-se no caráter da economia familiar camponesa. Esse problema foi profundamente subestimado no Brasil. Isso se deve, em parte, ao fato de que a agricultura no Brasil foi sempre dominada pelo latifúndio. Mas essa incompreensão baseia-se também em preconceitos que devem ser superados.

Em primeiro lugar, temos de reconhecer que se trata de um problema complexo. Para nos convenceremos disso, basta encarar a experiência dos países socialistas, onde a tentativa de “queimar etapas” e de integrar a economia familiar camponesa em unidades de maior ou menor caráter socialista resultaram sempre em fracassos nos *kolkhozes* soviéticos e nas

comunas populares chinesas representam uma espécie de compromisso possível entre a atividade coletiva e a atividade individual dos camponeses na etapa atual de transição para o socialismo. Mas há também o caso de países socialistas (como, por exemplo, a Polônia), onde a unidade familiar camponesa¹² é a forma dominante da propriedade e da exploração agrícola – inserida, decerto, no contexto de condições externas já socialistas.

É certo que a América Latina apresenta uma situação muito específica em comparação com a Europa, o que confere à forma familiar camponesa latino-americana características muito diferentes. Essa especificidade não foi devidamente estudada na América Latina e, em particular, no Brasil.¹³

O ponto de partida para esse estudo poderia ser a exploração dos materiais originários da escola neopopulista russa (cuja figura mais expressiva era Chayanov),¹⁴ materiais que foram reexaminados, à luz do marxismo, pelo economista agrário polonês J. Tepich.¹⁵

Um estudo desse tipo, que escapa ao objetivo deste artigo, mostraria certamente a insuficiência da caracterização da economia familiar camponesa como parte integrante da pequena burguesia mercantil.

Revelaria, igualmente, o equívoco de considerar como “concessões” as atitudes das forças revolucionárias diante desses setores. Ao contrário, por se tratar de um aliado potencial na etapa da revolução democrática e anti-imperialista, e, também, de um “companheiro de viagem” durante um longo período da construção do socialismo (como o demonstra a história dos países socialistas), o camponês parcelar é um elemento importante no processo revolucionário latino-americano. Identificá-lo como pertencente ao setor capitalista e limitar a ação revolucionária aos assalariados agrícolas e aos minifundiários implicaria restringir as bases revolucionárias no campo e levaria a sérios problemas no curso das próximas etapas da revolução.

¹² O termo “camponês” estabelece a diferença entre esse tipo de exploração e a unidade familiar industrial (característica de países como a República Federal da Alemanha, a Dinamarca e a Holanda), que utiliza insumos industriais em larga escala.

¹³ A análise dessa especificidade foi uma das principais preocupações teóricas de Ivan Ribeiro. Ver, nesse sentido, Ivan de Otero Ribeiro, “A importância da exploração familiar camponesa na América Latina, in: *Temas*, São Paulo, nº 4, 1978, p. 143-159, que reproduz o trabalho por ele apresentado num simpósio realizado em Uppsala, Suécia, em novembro de 1977.

¹⁴ Chayanov, *The theory of peasant economy*, Homewood, Ill., Richard D. Irwin Inc., 1966.

¹⁵ J. Tepich, *Marxisme et agricultures le paysan polonais*, Paris, Armand Collin, 1973.